

☆ continuação

para a realização dos impostos diferidos preparadas pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Definição do valor residual e vida útil dos veículos:** Conforme mencionado na Nota 2.h, a Administração da Companhia define o valor residual dos veículos operacionais a partir do valor de venda esperado ao final de suas vidas úteis, considerando sua melhor estimativa e com base no histórico de eventos semelhantes. O valor depreciável de um veículo é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual estimado com base na vida útil definida que está diretamente relacionada à expectativa de renovação da frota. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento utilizados na definição da vida útil dos bens e do valor residual estimado. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) o entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Administração na definição do valor residual de veículos; ii) revisão dos documentos que suportaram a definição das principais premissas aplicadas na definição do valor residual de veículos; e iii) análise do resultado da alienação dos veículos reconhecido durante o exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição do valor residual e vida útil de veículos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de definição do valor residual e vida útil dos veículos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.h, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26/03/2018



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Integramax Brasil Participações S/A

CNPJ 27.066.686/0001-70

Demonstrações Contábeis - Período de 09/02/2017 a 31/12/2017 (em reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, e atendendo às disposições estatutárias, o Conselho de Administração e a Diretoria da Integramax Brasil Participações S/A apresentam aos senhores as Demonstrações Contábeis do 1º Exercício Social, findo em 31 de dezembro de 2017, para apreciação. São Paulo, 31 de Dezembro de 2017.

Balanco Patrimonial	Nota	31/12/2017	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva Legal	Resultado do Exercício	Total
Ativo/Ativo Circulante		1.896.449,28	Subscrição e Integralização do Capital Social				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.840.718,91	Conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição	1.740.000,00	-	-	1.740.000,00
Clientes	5	43.732,09	Lucro Líquido do Exercício	-	-	54.455,96	54.455,96
Outros Créditos	6	7.910,48	Destinação do Lucro do Período: Reserva Legal 5%	-	2.722,80	(2.722,80)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	7	4.087,80	Dividendos Mínimos 25% a Pagar	-	-	(12.933,29)	(12.933,29)
Ativo não Circulante		42.317,89	Dividendos Complementares - A Pagar	-	-	(38.799,87)	(38.799,87)
Bens Móveis	8	38.736,39	Total	1.740.000,00	2.722,80		1.742.722,80
Bens Intangíveis	8	3.581,50	Demonstração do Resultado do Exercício				
Total do Ativo		1.938.767,17	Nota				
Passivo/Passivo Circulante		196.044,37	16	31/12/2017	Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto		
Fornecedores	9	8.618,00	Receita Líquida	1.551.919,65	Valores em Reais		
Obrigações Tributárias	10	75.603,70	Custos	(695.510,86)	Fluxo de Caixa Originados de:		
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	11	7.408,44	= Lucro Bruto	856.408,79	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Dividendos e Participações	12	51.733,16	Despesas Administrativas	(365.281,20)	Resultado do Exercício/Período		
Outras Obrigações	13	52.681,07	Despesas Financeiras	(9.328,83)	Ajustes para Conciliar o Resultado a Disponibilidades		
Patrimônio Líquido		1.742.722,80	Despesas Gerais	(309.536,51)	Geradas pelas Atividades Operacionais		
Capital Social	14	1.740.000,00	Despesas Tributárias	(9.102,84)	Depreciação de Amortização		
Reserva Legal	15	2.722,80	Receitas Financeiras	86.396,15	2.687,71 D		
Total do Passivo		1.938.767,17	= Lucro Operacional	249.555,56	Redução de Variação nos Ativos e Passivos		
			= Lucro Contábil Líquido antes da CS	249.555,56	Aumento em Contas a Receber		
			Contribuição Social	(54.820,49)	43.732,09 C		
			= Lucro Contábil Líquido antes do IR	194.735,07	Aumento em Fornecedores		
			Imposto de Renda	(140.279,11)	8.618,00 D		
			= Lucro Líquido do Período	54.455,96	Aumento em Contas a Pagar		
			= Lucro Líquido do Período por Ação (total 174 ações ON)	312,97	40.682,79 D		

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Integramax Brasil Participações S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, cujos Estatutos Sociais foram registrados na Jucesp, na data de 09/02/2017, sob o NIRE nº 35300501004. A sede da Companhia é no Brasil, SP/SP, na Rua Moaci, nº 525, Sala 401, Moema, CEP 04083-001. O objeto social é a promoção, participação e realização de eventos em geral, bem como a intermediação de negócios e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. **2. Da Estrutura de Gestão:** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração composto por 3 conselheiros e pela diretoria composta por 2 diretores. O exercício findo em 31/12/17 representa o primeiro ano de atividades da Companhia. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis, compreendendo o período de 09 de fevereiro a 31/12/17 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC e de conformidade com o ITG 1000 - Contabilidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, nos aspectos não abordados na interpretação, pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e seus valores representam as estimativas atuais de seus valores monetários, não havendo necessidade de ajustes de avaliação patrimonial em termos de valores justo ou a preço de mercado. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. O Regime adotado para as apropriações de receitas e despesas é o do Regime de Competência de Exercícios. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de 3 meses, ou menos, a custo histórico adicionado os respectivos rendimentos do período. Conta Corrente - Bradesco 1,00 Aplicação Invest Fácil - Bradesco 889.494,85 Aplicação FI CFI RF REFER. DI ESPECIAL - Bradesco 951.223,06 **Total** 1.840.718,91 **5. Clientes:** Corresponde aos valores a receber de clientes, oriundos das atividades operacionais, com vencimentos não superiores a 1 ano. **6. Outros Créditos:** Corresponde aos valores de imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e o ISS retido na fonte sobre receitas de prestações de serviços, cujos valores serão compensados no próximo exercício. **7. Despesas Pagas Antecipadamente:** Corresponde aos valores a serem apropriados de prêmios de seguros, conforme regime de competência, referente à Apólice de Seguro de AIG Seguros Brasil S.A. de nº 087372017010310001252, período de vigência 05/09/17 até 05/09/18, tendo por objetivo: "Responsabilidade de Gestão/Corporativa", limite de garantia de R\$ 3.000.000,00. **8. Imobilizado:** O Imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil, conforme demonstrado abaixo:

Grupo de Bens	Taxa de Depreciação Anual	Valor Histórico	(-) Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis e Utensílios	10%	26.241,00	1.450,85	24.790,15
Equipamento de Tecnologia e Informática	20%	2.946,40	241,18	2.705,22
Computadores e Acessórios	20%	8.673,00	500,90	8.172,10
Aparelhos e Acessórios	10%	3.440,20	371,28	3.068,92
Software	20%	3.705,00	123,50	3.581,50
Total		45.005,60	2.687,71	42.317,89

(*) valores históricos das aquisições dos bens e direitos. **Perda ao Valor Recuperável/Impairment:** A Administração revisará anualmente o valor líquido dos ativos como objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será

constituída estimativa para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Não houve necessidade de ajuste ao valor recuperável no exercício apresentado, em virtude de não ter ocorrido nenhum sinal de perda evidenciado nos ativos imobilizados e intangíveis.

9. Fornecedores: O grupo de fornecedores é composto pelas seguintes exigibilidades, ambas com vencimento em 01/2018.

La Bandeira Sociedade de Advogados	5.500,00
Informamídia Comunicação Ltda.	3.118,00
Total	8.618,00

10. Obrigações Tributárias: O grupo de obrigações tributárias é composto pelos impostos e contribuições relativos ao pró-labore, serviços prestados, bem como os retidos nos serviços tomados de terceiros, com vencimento para 01/2018: IRRF a Recolher

7.372,91	
Tributo sobre Pró-labore	
ISS a Recolher	124,39
PIS a Recolher	66,23
COFINS a Recolher	305,65
Tributos sobre Faturamento	
IRRF sobre Serviços a Recolher	306,00
PIS, COFINS e CSLL a Recolher	948,60
ISS Retido a Recolher	24,00
Tributos Retidos	
IRPJ a Recolher	44.434,96
CSLL a Recolher	22.020,96
IRPJ e CSLL	
Total	66.455,92
Total	75.603,70

11. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: As obrigações trabalhistas e previdenciárias contemplam o valor de INSS a Recolher referente à competência de 12/2017 e com vencimento para 01/2018. **12. Dividendos e Participações:** O grupo dividendos e participações contempla os valores de dividendos a pagar aos acionistas conforme determinado nos Estatutos Sociais da Companhia e encontram-se assim distribuídos:

Dividendos Mínimos a Pagar: (25% do Lucro Líquido conforme Artigo 20 § Único, alínea "b", dos Estatutos Sociais)	12.933,29
Dividendos Complementares a Pagar (Saldo do Lucro Líquido, conforme Artigo 20 § Único, alínea "c", dos Estatutos Sociais, a ser deliberado em A.G.O.)	38.799,87
Total	51.733,16

13. Outras Obrigações: O grupo de outras obrigações encontra-se distribuído conforme abaixo. A conta outros adiantamentos representa o total de impostos federais e municipais, que não foram retidos pelos clientes, por ocasião das liquidações de alguns serviços prestados, e que serão devolvidos aos mesmos no próximo exercício. Os adiantamentos de clientes referem-se a valores adiantados de clientes, cujos serviços serão prestados no exercício de 2018. Outros Adiantamentos

Adiantamento de Clientes	19.901,59
Aluguel a Pagar	28.877,85
Seguros a Pagar	2.400,00
Total	51.179,44

14. Capital Social: O capital social da companhia é de R\$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), representado por 174 (cento e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas de classe especial, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **15. Reserva Legal:** A Reserva Legal de 5% foi constituída conforme Artigo 20 § Único, alínea "a", dos Estatutos Sociais. **16. Receita Líquida:** A receita líquida da companhia, oriundas das atividades operacionais, encontra-se assim distribuída:

Descrição	Valor
Receitas Brutas	1.657.566,32
Serviços Prestados - Mercado Interno	1.657.566,32
Deduções	(105.646,67)
ISS	(45.145,46)
COFINS	(49.727,02)
PIS-PASEP	(10.774,19)
= Receita Líquida	1.551.919,65

17. Despesas e Receitas Operacionais: Do somatório no valor de R\$ 606.853,23, apresentam-se abaixo os valores de maior relevância, representando 87,22% do total. Pró-labore - (302.000,00); Despesas com a Diretoria - (67.391,74); INSS - (60.400,00); Honorários Advocatórios - (55.480,00); Serviços Prestados por Terceiros - (40.800,00); Aluguéis - (28.800,00); Assistência Contábil; (28.200,00); Propaganda e Publicidade - (15.141,00); Serviços de Programação Visual - (14.988,00); Rendimento Aplicações Financeiras - 83.896,12. **18. Tributos sobre o Lucro:** A Companhia no exercício de 2017 foi tributada pelo regime do Lucro Presumido. **19. Resultado do Exercício:** A Companhia apresentou o Lucro Líquido no valor de R\$ 54.544,96 ao final de 31/12/2017. De conformidade com os Estatutos Sociais o resultado líquido do período teve a seguinte destinação:

Resultado Líquido do Período	54.455,96
Destinação do Resultado Líquido: a) Reserva Legal 5% (Artigo 20 § Único, alínea "a", dos Estatutos Sociais)	2.722,80
b) Dividendos Mínimos de 25% (Artigo 20 § Único, alínea "b", dos Estatutos Sociais)	12.933,29
c) Dividendos Complementares - Saldo (Artigo 20 § Único, alínea "c", dos Estatutos Sociais)	38.799,87
Total das destinações do Resultado do Período	54.455,96
Quantidade de Ações Ordinárias	174
Lucro por Ação	312,97

20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros, ativos e passivos da companhia, em 31/12/2017, estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras. **21. Cobertura de Seguros:** Face à natureza de suas atividades a Companhia adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de perda máxima provável. Em 31/12/2017 a Companhia possuía Apólice de Seguro nº 087372017010310001252, junto a AIG Seguros Brasil S.A., período de vigência 05/09/2017 até 05/09/2018, tendo por objetivo: "Responsabilidade de Gestão/Corporativa", com limite de garantia de R\$ 3.000.000,00. **22. Eventos Subsequentes entre à Data do Balanco e a Publicação das Demonstrações Contábeis:** Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. São Paulo, 31/12/2017. **Victor Cirne de Simas** - Conselheiro Presidente; **Bento Luiz Assalve** - Conselheiro; **Pedro Luiz Cicotti** - Conselheiro; **Marcelo Dezalvo** - Diretor Presidente; **Marcel Mastro Jardim** - Diretor Financeiro; **Oriando Sandi Magalhães** - Contador - CRC1SP131073/O-9.

